



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade - FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

**MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS
DE CAIXA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Cristina da Rocha Santana

Brasília
2015

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Sônia Nair Bão
Vice-Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Junior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Doutora Diana Vaz de Lima
Coordenadora de Graduação do Curso de Ciências Contábeis - Diurno

CRISTINA DA ROCHA SANTANA

**MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS
DE CAIXA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva.

Brasília

2015

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade - FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

CRISTINA DA ROCHA SANTANA

**MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS
DE CAIXA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva – Orientador
CCA/FACE/UnB

MSC. Tiago Mota dos Santos – Membro

Brasília, _____ de _____ de 2015.

À minha mãe e ao meu pai com todo amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora por sempre abençoar a minha vida e colocar nela pessoas maravilhosas. Trata-se da realização de um sonho e sem dúvida todas as pessoas que fizeram e fazem parte da minha vida foram de total importância para a concretização dessa etapa!

Hoje eu contemplo mais uma realização e agradeço aos meus pais, a minha filha e a minha cadela Cloe. Obrigada mãe e pai pelas palavras de apoio, pela sabedoria e pela confiança de sempre. Isabelle, obrigada por ser o meu porto seguro, a minha base, se hoje estou aqui escrevendo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é graças à força que Deus me dá de todo dia levantar em busca de um futuro melhor para nós. Obrigada Cloe pelo companheirismo, pelas jornadas noturnas acordada comigo.

A minha amada UnB, por ter me presenteado com professores maravilhosos que me proporcionaram todo o conhecimento necessário para a minha formação profissional.

Aos meus amigos e primas que sempre acreditaram no meu sonho. Em especial a Carina, Kátia, Kemey Lidiane, Luciana, Tatiane, Vanessa, e Tiago.

Ao grupo de estudo o qual tornou eterno “as melhores” Fernanda, Thaís e Yasmin. Obrigada pelo companheirismo diário e por me aguentarem esses 7 meses de trabalho.

A Mayse Reis que no momento mais difícil da vida dela não hesitou em me ajudar. Peço a Deus que sempre a abençoe, não só você, mas toda a sua família.

A todos da Universidade de Brasília (UnB) que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, em especial, ao Tiago Mota, a June Alves e ao Sérgio Ferreira pela dedicação, pelo carinho e pelas palavras.

Ao meu orientador, não foi fácil, mas só foi possível graças a ele. Obrigada pela paciência, pela dedicação, pelo carinho e principalmente pelas broncas.

Obrigada a todos do meu trabalho, em especial ao meu chefe pela compreensão, ao Joab, Juan e ao Pedro por toda a ajuda e as meninas da copa, Andreza e Maria, pelo amor e carinho nesse momento da minha vida.

Obrigada a todos que de alguma forma contribuíram para eu concluir esta etapa da minha vida, sem vocês não seria possível. Assim deixo registrada a música que sempre me serviu como fonte de energia.

“[...] Pode acreditar que um novo dia vai raiar. Sua hora vai chegar [...]”.

Tá Escrito - **Grupo Revelação**

“Porque todo aquele que se exaltar será humilhado, e todo aquele que se humilhar será exaltado”.

Lucas 14, 11

RESUMO

Com a Convergência das Normas de Contabilidade, houve a inclusão da Demonstração dos Fluxos de Caixa no Setor Público de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. O estudo feito trata sobre a importância da implementação da Demonstração dos Fluxos de Caixa na Universidade de Brasília. Para isso, foram realizadas pesquisas que tratassem sobre o assunto e utilizados balanços sucessivos referentes às demonstrações disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, além de desenvolvido um modelo de Demonstração dos Fluxos de Caixa aplicada a Universidades Públicas no Brasil. O estudo de caso foi realizado na Universidade de Brasília e conclui que a aplicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa permite uma melhor observação sobre a capacidade de geração de caixa da instituição. Para se construir a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Universidade de Brasília foi necessário utilizar os dados contábeis obtidos a partir do Sistema supramencionado, informações disponibilizadas no Relatório de Gestão anual e outras informações obtidas através de entrevista. O estudo de caso mostrou a dificuldade na construção da Demonstração dos Fluxos de Caixa numa entidade pública. A pesquisa mostra originalidade, visto que não existe estudo sobre a construção de uma Demonstração dos Fluxos de Caixa no setor público e sua utilização no processo de tomada de decisões.

Palavras-chave: Contabilidade Pública. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Universidade de Brasília.

ABSTRACT

With the Convergence of Accounting Standards, the Cash Flows in the Public Sector in accordance with the Accounting Manual Applicable was included in the Public Sector. The study deals with the importance of the implementation of the Cash Flow Statement at the University of Brasilia. For this, researches were realized to treat about it and used successive balance sheets of the statements available in the Integrated System of Financial Administration of the Federal Government, and further developed a Cash Flow Statement model applied to public universities in Brazil. The case study was conducted at the University of Brasilia and concludes that the application of the Statement of Cash Flows allowing better observation on the ability to generate cash flow of the institution. To build the Cash Flow Statement of the University of Brasilia, it was necessary to use accounting data obtained from the above-mentioned system, information provided in the annual Management Report and other information obtained through interviews. The case study showed the difficulty in the construction of the Cash Flow Statement on a public entity. Research shows originality, since there is no study on the construction of a Cash Flow Statement in the public sector and its use in the decision-making process.

Keywords: Cash Flow Statement. Statement of Sources and Uses of Funds. Public. Accounting.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificações das atividades, segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis.....	16
Quadro 2 – Composição da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	17
Quadro 3 – Vantagens e desvantagens do método direto.....	19
Quadro 4 – Vantagens e desvantagens do método indireto.....	19
Quadro 5 – Fórmulas para o cálculo das variações.....	25
Quadro 6 – Atividades da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	26
Quadro 7 – Composição da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exemplo da variação referente à Conta – Disponível (2014, 2013).....	24
Tabela 2 – Demonstração das Origens e Aplicações.....	28
Tabela 3 – Demonstração das Origens e Aplicações – 2013 (em reais).....	29
Tabela 4 – Demonstração das Origens e Aplicações – 2014 (em reais).....	31
Tabela 5 – Modelo da Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2014 (em reais).....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	-	Artigo
CFC	-	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	-	Comitê de Pronunciamentos Técnicos
DAF	-	Decanato de Administração
DCASP	-	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DCF	-	Diretoria de Contabilidade e Finanças
DFC	-	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DOAR	-	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DPO	-	Decanato de Planejamento e Orçamento
DRE	-	Demonstração do Resultado do Exercício
FUB	-	Fundação da Universidade de Brasília
HUB	-	Hospital Universitário de Brasília
IAS	-	<i>International Accounting Standard</i>
IASB	-	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBRACON	-	Instituto de Auditores Independentes
IPSASB	-	<i>International Public Sector Accounting Standards Board</i>
MCASP	-	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
N.	-	Número
NBCASP	-	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
PSC	-	<i>Public Sector Committee</i>
SIAFI	-	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
STN	-	Secretaria do Tesouro Nacional
TCC	-	Trabalho de Conclusão de Curso
UnB	-	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 O FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA PARA A TOMADA DE DECISÃO	15
2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES DE CAIXA POR ATIVIDADE	16
2.3 MÉTODOS DE ELABORAÇÃO	16
2.4 MÉTODO DIRETO E MÉTODO INDIRETO	17
2.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS MÉTODOS DIRETO E INDIRETO	18
2.6 INCORPORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NAS DEMONSTRAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO SETOR PÚBLICO	19
2.7 A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELA ÓTICA DO SETOR PÚBLICO	20
2.8 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS VISTAS PELO PRINCÍPIO DA ENTIDADE	21
3 METODOLOGIA	22
3.1 TIPO DO ESTUDO	22
3.2 LOCAL DO ESTUDO	22
3.3 COLETA DE DADOS	23
3.4 MÉTODO DE APLICAÇÃO DOS DADOS À PESQUISA	23
3.4.1 Balanços sucessivos	23
3.4.2 Modelo de Demonstração de Fluxos de Caixa adaptado a Universidade de Brasília pelo método direto	25
4 ANÁLISE DOS DADOS	27
4.1 BALANÇOS SUCESSIVOS	27
4.1 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICES	42
APÊNDICE A – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – 2014	43
APÊNDICE B – VARIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2014-2013	47
APÊNDICE C – VARIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2013-2012	50

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) iniciaram nos Estados Unidos na década de 1960, e foi possível perceber, baseado em análises, que as movimentações advindas das atividades das empresas refletiam no caixa em determinados períodos. A adoção da DFC, em sua totalidade, só foi possível na década de 1980, devido ao fortalecimento do regime de competência adotado (CARVALHO; LEMES; COSTA; 2005).

Segundo Silva, et. al. (1993), a DFC é considerada um dos principais instrumentos para a análise financeira, sendo capaz de produzir informações para tomadas de decisões.

O objetivo da DFC, segundo Araújo et. al. (2013), é tornar claro para os usuários as movimentações dos itens que possuem maior liquidez sendo elas, caixa, banco e aplicações financeiras de curto prazo em um determinado período de tempo. Assim as informações presentes na DFC são necessárias, não só para o presente, mas também para servir como base para possíveis projeções, com o objetivo de antecipar determinadas ações.

A Contabilidade Societária no Brasil está em processo de convergência com as Normas de Contabilidade Internacionais. Para Carvalho e Lemes (2009), a metodologia de linguagem única na Contabilidade é essencial, por atuar como ferramenta para a tomada de decisão.

Nesse sentido, o Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC) realizou adaptação das normas emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) à realidade brasileira, no qual o CPC 03, que trata sobre a DFC, seguiu as orientações da sua correspondente – a *International Accounting Standard 07* (IAS 07).

No setor público existe um modelo padrão de DFC, que consta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e sua elaboração se apresenta preferencialmente pelo método direto, mas sem aplicar uma única padronização em função de cada órgão possuir a sua singularidade.

As universidades públicas brasileiras possuem peculiaridades no plano de contas. Assim o modelo apresentado pelo MCASP (BRASIL, 2014) deve ser ajustado às suas reais necessidades. Torna-se fundamental a adoção da DFC em Universidades.

A Universidade de Brasília (UnB) é uma Fundação Pública. Assim, a grande maioria da disponibilidade repassada a ela vem da Conta Única da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que é responsável tanto pelas disponibilidades da União, dos fundos, das fundações e autarquias. Conforme a norma:

A Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, tem por finalidade acolher as disponibilidades financeiras da União a serem movimentadas pelas Unidades Gestoras - UG da Administração Pública Federal, inclusive Fundos, Autarquias, Fundações, e outras entidades integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na modalidade on-line (STN, 2002).

O objetivo geral deste estudo é a mensuração e evidenciação da DFC na UnB. Dessa forma, busca-se responder a seguinte pergunta: como realizar a DFC na UnB?

A pesquisa foi dividida em cinco tópicos, iniciando-se na introdução, contextualização e objetivo da pesquisa. O segundo tópico, denominado referencial teórico aborda os assuntos relevantes à pesquisa. O terceiro tópico do presente estudo apresenta a metodologia, seguido da análise de resultados. Na última parte encontram-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem como finalidade evidenciar as variações que ocorrem no saldo do caixa e seus equivalentes ao longo do exercício, estruturado em atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

De acordo com Marques (2004), a DFC é capaz de fornecer indicativos de liquidez, de solvência e flexibilidade financeira da entidade. Assim, a liquidez seria a capacidade da empresa em produzir ativo circulante capaz de suprir o passivo circulante. Já a solvência a capacidade de cumprir os pagamentos em relação aos vencimentos e à flexibilidade financeira a capacidade da entidade em procurar meios alternativos como forma de solucionar tanto a liquidez quanto a solvência.

O objetivo principal da DFC é a capacidade de explicar a razão entre a mudança do caixa em balanços consecutivos, evidenciando as variações que ocorrem no saldo do caixa. Desta forma, entende-se que a DFC é uma demonstração dinâmica capaz de conter informações retiradas do balanço patrimonial referentes ao caixa e equivalentes de caixa.

2.1 O fluxo de caixa como ferramenta para a tomada de decisão

De acordo com Friedrich (2005), a DFC assume papel importante no planejamento financeiro por incluir a demonstração todas as movimentações e controles realizados no caixa, ou seja, torna importantes os recursos financeiros que tenham ocorrido em um determinado período.

Matarazzo (1995) ressalta o fato de que grande parte das entidades que apresentam problema de insolvência ou falta de liquidez ocorre por uma má gestão do fluxo de caixa, sendo uma das demonstrações que possui mais utilidade quando observada à questão financeira da entidade.

Para Thiesen (2000), a DFC realizada de forma direta ou indireta, demonstra as mudanças ocorridas no caixa e evidencia as suas origens e as suas aplicações.

Os instrumentos para aferir a gestão financeira vêm se aperfeiçoando constantemente à medida que se prioriza preocupação em avaliar a capacidade de geração de caixa. Assim, é notório o aprimoramento dos fluxos de caixa, visto que mesmo de acordo com os autores trata-se de uma demonstração na qual pode-se extrair informações para melhor aplicação dos recursos.

2.2 Classificação das movimentações de caixa por atividade

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), a qual evidencia os seus recursos com base nas suas origens e aplicações difere da DFC, a qual adota o formato de classificar as suas movimentações ocorridas no caixa conforme grupos de atividades.

Essa classificação, conforme Iudícibus et al. (2010), relaciona a origem da sua natureza. Assim, por exemplo, a compra de um estoque para a produção refere-se à atividade operacional, enquanto a compra de uma máquina para produção refere-se à atividade de investimento e por último a aquisição de empréstimos bancários refere-se à atividade de financiamento.

As atividades operacionais correspondem as principais transações que estão diretamente ligadas à receita ou que não estejam classificadas em investimento ou financiamento. De modo geral, resultam “de transações e de outros eventos que entram na determinação de lucros e perdas” (*International Accounting Standard 07 – IAS 07*).

As atividades de investimento são todas as transações que tratam sobre aquisições, alienações de ativos de longo prazo e outras que não se enquadram em atividades operacionais.

Finalmente, as atividades de financiamento são aquelas que refletem as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido advindo por endividamento.

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis 03 (CPC 03), o qual trata sobre a DFC, o Quadro 1, a seguir, exemplifica sobre cada uma das atividades.

Quadro 1 – Classificações das atividades, segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Atividades	Conceito
Operacional	Envolvem todas as transações relacionadas com a produção ou com a entrega de bens e serviços e os eventos que não estejam classificados em atividade de investimento ou de financiamento.
Investimento	Aumentos ou diminuições dos ativos de longo prazo.
Financiamento	Capacidade da empresa utilizando saldos externos para financiar as atividades operacionais ou de investimento.

Fonte: Elaboração própria

2.3 Métodos de elaboração

Segundo Lima (2013), utiliza-se três fontes para elaboração da DFC:

- Balancetes comparativos: são realizadas variações nas contas que compõe o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, informando os efeitos das mudanças do começo ao fim do período analisado.
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): elucida os efeitos que ocorreram no caixa em determinado período provenientes dos saldos das receitas e das despesas.
- Arquivos auxiliares: material de apoio, registros gerais que informam detalhes adicionais para determinar como ocorreram as mudanças que afetaram o caixa durante determinado período.

Conforme mencionado, os três grupos expressam as entradas e saídas de dinheiro relacionadas com as atividades: operacional, investimento, financiamento. Segundo Iudícibus et al. (2010), a soma algébrica de cada uma dessas atividades totaliza a variação no caixa do período. Conforme o Quadro 2:.

Quadro 2 – Composição da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Composição da Demonstração dos Fluxos de Caixa
FC Líquido das Atividades das Operações
+ FC Líquido das Atividades de Investimento
+ FC Líquido das Atividades de Financiamento
(=) APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

Fonte: Elaboração própria.

Lustosa e Santos (2004) dizem que essa classificação em atividades é muito importante no aspecto informativo. Em algumas situações específicas, ocorrem transações onde os fluxos de caixa serão classificados em mais de uma atividade. Como por exemplo, o pagamento de um empréstimo bancário, cujos juros podem ser classificados como atividade operacional e o principal da dívida classificado em investimento.

Existem também algumas situações cujas operações não irão compor a DFC pelo fato de não afetarem o caixa naquele determinado período. E ainda, transações de investimentos e financiamentos que não tem efeito caixa, devendo ser evidenciadas em notas explicativas (IUDÍCIBUS et al., 2010).

2.4 Método direto e método indireto

Realizada a classificação das contas em atividades, deve-se escolher por qual método realizar a elaboração da DFC, podendo ser pelo método direto ou pelo método indireto.

De acordo com CPC 03, é facultativa o método da elaboração da. Já na contabilidade pública o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) (BRASIL, 2015) orienta a elaboração da referida Demonstração deve ser preferencialmente pelo método direto.

O fluxo de caixa realizado pelo método direto tem como enfoque apresentar as principais movimentações de entradas e saídas de caixa. Assim, o seu saldo final evidencia o volume líquido do caixa provido ou consumido em um determinado período (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Já a realização pelo método indireto, os recursos oriundos das atividades operacionais, devem ser ajustadas pelo lucro líquido, ou seja, pelos itens que compõe o saldo das receitas e das despesas.

A escolha pelo método indireto é mais utilizada pelas empresas, pois a sua elaboração é mais simples que a do método direto. Com o avanço das demonstrações, a própria gestão opta pela realização do método direto, por trazer detalhes que auxiliam os gestores nas tomadas de decisões, tornando interessante conhecer os recebimentos dos clientes e os pagamentos de eventuais despesas e fornecedores.

2.5 Vantagens e desvantagens dos métodos direto e indireto

Campos Filho (1999) comparou os métodos direto e indireto relacionando-os no contexto brasileiro. Para o autor, o método direto é mais adequado para a maioria dos casos, visto que trata de redução dos custos, à medida que identifica as entradas e saídas do caixa de forma direta. Assim, a escolha do método utilizar deverá se adequar a realidade da empresa. (Quadros 3 e 4):.

Quadro 3 – Vantagens e desvantagens do método direto.

Vantagens	Desvantagens
Classificações favoráveis para classificação dos recebimentos e pagamentos	Custo adicional para a classificação
Permite mais rapidez na incorporação da Demonstração dos Fluxos de Caixa na cultura da entidade	A falta de experiência nos profissionais em classificar nas partidas dobradas os recebimentos e pagamentos.
As informações referentes ao caixa podem estar disponíveis diariamente.	

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4 – Vantagens e desvantagens do método indireto.

Vantagens	Desvantagens
Classificações favoráveis para classificação dos recebimentos e pagamentos	Custo adicional para a classificação
Permite mais rapidez na incorporação da Demonstração dos Fluxos de Caixa na cultura da entidade	A falta de experiência nos profissionais em classificar nas partidas dobradas os recebimentos e pagamentos.
As informações referentes ao caixa podem estar disponíveis diariamente.	

Fonte: Elaboração própria.

Para Braga e Marques (1996), pode haver algumas incoerências em virtude de algumas informações apontarem “supostas violações aos Princípios Fundamentais da Contabilidade”.

2.6 Incorporação da Demonstração dos Fluxos de Caixa nas demonstrações obrigatórias do setor público

Na área societária, a DFC passou a ser obrigatória a partir de 2007, com a Lei n. 11.638/2007. Muitas empresas já elaboravam ela tendo como amparo a Lei n. 6.404/1976, hoje revogada pela Lei nº11. 638/2007. Essa inserção da DFC no setor público surgiu com a necessidade da convergência das normas brasileiras e as normas internacionais.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) disponibilizou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), que tem como objetivo de promover harmonização e qualidade nas demonstrações contábeis do setor público.

Criado em 2010, o Comitê Gestor da Convergência no Brasil adequou com o auxílio do Instituto de Auditores Independentes (IBRACON) as normas da *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB). Assim, 30 normas foram convergidas com a IPSASB, iniciando com a NBC TSP 01 que trata sobre a Apresentação das Demonstrações Contábeis e encerrando com a NBC TSP 30 que trata sobre Instrumentos Financeiros.

A contabilidade pública sempre se preocupou em registrar os valores da entidade, tentando, assim, conhecer a situação econômico-financeira do ente público. Com a introdução das NBC TSP, a contabilidade pública passa a ser um campo de observação, que tem como foco analisar não só a situação econômico-financeira da entidade, mas também o desempenho da gestão a qual considera a necessidade futura de caixa, de outros ativos e os passivos decorrentes das atividades desempenhadas.

A NBC T 16.6, trata sobre quais as demonstrações que passam ser obrigatórias, devendo ser elaboradas pelas entidades públicas; o balanço patrimonial, balanço financeiro, demonstração das variações patrimoniais, DFC e demonstração do resultado econômico.

Observa-se com esse dispositivo, que a norma atende o que é exposto pelo art. 101 da Lei n. 4.320/1964, sobre a publicação das três primeiras demonstrações e trazem como novidade as duas últimas (DFC e a demonstração do resultado econômico).

2.7 A Demonstração dos Fluxos de Caixa pela ótica do setor público

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações exigidas pela Lei n. 4.320/1964, pelas novas demonstrações exigidas pela NBC T 16.6 e pela Lei Complementar n. 101/2000, as quais são:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) DFC; e
- e) Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

A DFC elaborada no setor público não diverge muito do que é exposto na societária. Ela também evidencia as fontes e gerações de possíveis fluxos de entradas pelo caixa, possíveis consumos realizados e o saldo do caixa nas demonstrações contábeis.

De acordo com a 6ª. edição do MCASP (Brasil, 2014), a DFC permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa ou equivalentes de caixa utilizando para isto recursos próprios ou de terceiros. Pode atuar também como instrumento de análise mediante comparações dos fluxos do caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo.

A DFC tem como objetivo na contabilidade pública contribuir para uma maior transparência na gestão, por permitir um melhor gerenciamento, transparência e controle financeiro dos órgãos que compõe o setor público.

A elaboração da DFC será preferencialmente pelo método direto, evidenciando as movimentações no caixa e seus equivalentes de acordo com os seguintes fluxos: operacional, investimento, financiamento de acordo com o MCASP, 2015.

2.8 As demonstrações contábeis vistas pelo princípio da entidade

Empresa é toda entidade capaz de gerar informações aos seus usuários (IBRACON,1992).Os usuários avaliam as suas decisões econômicas e realizam projeções por meio das demonstrações dos fluxos de caixa, sendo possível verificar quanto que a empresa gerou de caixa ou equivalentes de caixa em determinado período, a capacidade de realizar pagamentos. Ou seja, os usuários poderão avaliar a situação econômica se a eles forem divulgados informações que focalizem a posição financeira da entidade.

Segundo o *Public Sector Committee* (PSC), os governos que adotam a IPSAS melhoram a qualidade da informação, evidenciando as demonstrações às quais são responsáveis pela alocação dos recursos, permitindo uma maior transparência dos gastos públicos (IFAC, 2004b).

Pela visão do IPSAS 6, existem várias formas para identificar a entidade econômica. Assim, todo governo que utiliza o regime de competência deve utilizar o IPSAS 6 nas suas demonstrações consolidadas ou individuais. Pelo IFAC (2004b), a exclusão das entidades que utilizam recursos vindos do orçamento federal, não se justifica, pois seria “mais proveitoso consolidá-las e evidenciar as diferenças de forma adicional” (IFAC, 2004b).

Para Pederiva (2004), no Brasil o conceito de entidade governamental atua na dimensão jurídica, restrita a legalidade. Na visão do CFC, os princípios são norteadores para a contabilidade, assim a sua universalidade e veracidade permanecem válidas em relação a qualquer ATP que possa dizer o contrário.

De acordo com o art. 4º da Resolução n. 750/1993, o princípio da entidade reconhece o patrimonial como objeto da contabilidade. Assim, o art. 2º da Lei n. 4.320/1964 refere-se a alguns princípios que tratam sobre o orçamento público, deixando explícito que o princípio da unidade fala que o orçamento deve ser uno, ou seja, para cada entidade da federação deve existir apenas um orçamento sobre cada exercício financeiro.

Segundo o CFC (2003), por mais que se tenha soma ou agregações de diferentes patrimônios, isso não resultaria em uma nova entidade. As entidades são mantidas pela Conta Única do Tesouro Nacional (LIMA; CASTRO, 2012) e mantém a sua autonomia patrimonial.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo do estudo

Trata-se de um estudo de caso no qual o principal elemento de análise é a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Segundo Yin (2001), o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados.

Uma das principais vantagens do estudo de caso é o fato de contribuir para diversas ciências, entre elas a economia e a ciências contábeis, por permitir a obtenção de características significativas não só exploratórias, mas também explanatórias, trazendo conceitos os quais possam ser aplicados na rotina das entidades. Segundo Freitas (2010), pode ser ainda utilizado para fazer avaliações investigativas.

O tipo de estudo apresenta como desvantagens o fato da impossibilidade de isolamento, a interferência nas hipóteses pelo julgamento do pesquisador e a dificuldade de aplicar as teorias sobre os dados coletados (YIN, 2010).

3.2 Local do estudo

O cenário onde se realizou o estudo foi a Universidade de Brasília (UnB), sendo analisados somente os dados da Fundação da Universidade de Brasília (FUB), sem considerar o Hospital Universitário de Brasília (HUB). A escolha dessa instituição de ensino deve-se ao fato da acessibilidade para obter informações suficientes para a o levantamento da pesquisa. O interesse em elaborar uma pesquisa sobre DFC em universidade ocorre por ainda não haver estudos de caso do assunto em universidades públicas no Brasil.

3.3 Coleta de dados

Primeiramente foram realizadas reuniões com a Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF) juntamente com o Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) para a verificação da possibilidade do trabalho. Concomitante foram realizadas pesquisas que tratassem sobre DFCs aplicadas ao Setor Público. Em seguida, foram levantadas as demonstrações disponíveis pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sistema adotado na UnB para apuração de dados contábeis referentes aos anos de 2012 a 2014. Durante todo o processo fez-se necessário entrevistas junto ao DPO e o Decanato de Administração (DAF) da UnB para obtenção de informações relevantes sobre a mensuração das contas. Por fim, foi utilizado o Relatório de Gestão do ano de 2014 como critério para a execução em si da DFC ajustada às reais necessidades da UnB.

3.4 Método de aplicação dos dados à pesquisa

3.4.1 Balanços sucessivos

A execução do trabalho foi a realização de balanços sucessivos e um modelo adaptado da DFC aplicado à UnB.

Para a criação dos balanços sucessivos, primeiro foi feita uma variação das contas e subcontas do ativo, passivo e patrimônio líquido entre um ano e outro, ou seja, 2014-2013 e 2013-2012, sendo realizada uma diminuição do ano vigente em relação ao ano anterior, dessa forma: *conta: dado de 2014 – dado de 2013 = variação*, conforme exposto na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Exemplo da variação referente à Conta – Disponível (2014, 2013).

Conta	Ano		Variação (2014-2013)
	2014	2013	
Disponível	R\$ 125.253.943,60	R\$ 111.399.370,10	R\$ 13.854.573,53

Fonte: Elaboração própria.

As variações foram divididas da seguinte forma: o ativo, as variações positivas foram classificadas em “USO” e as negativas em “FONTE”. No passivo e patrimônio líquido, os saldos positivos foram classificadas em “FONTE” e as negativas em “USO”. Essa classificação ocorre com o intuito de saber quais são as possíveis contas de aplicação e origem dos recursos.

Com a classificação, houve a elaboração de uma espécie de Demonstração das Origens Aplicações, utilizando as contas do balanço patrimonial dividindo em uso do ativo, uso do passivo, fonte do ativo, fonte do passivo. Em seguida foi construída uma tabela contendo a variação do uso, variação da fonte e a variação total. Ou seja, o saldo da variação do uso menos o saldo da variação da fonte é igual ao saldo da variação total, ou variação da disponibilidade. Dessa forma obtêm-se a fórmula utilizada, conforme exposto no Quadro 5.

Quadro 5 – Fórmulas para o cálculo das variações.

Fórmulas para o Cálculo das Variações
Varição do uso: uso (ativo) – uso (passivo e PL)
Varição da fonte: fonte (ativo) – fonte (passivo e PL)
Varição total: variação do uso – variação da fonte

Fonte: Elaboração própria.

As contas do ativo compensado e passivo compensado apresentado no balanço patrimonial, não foram utilizadas para análise da elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações, devido ao fato delas apresentarem saldos iguais e serem contas que não impactam no caixa.

Para fins de análise, essa variação auferida deve ser a mesma encontrada no balanço patrimonial referente à Conta do Disponível, visto que a DFC se baseia nas mudanças causadas no Caixa.

3.4.2 Modelo de Demonstração de Fluxos de Caixa adaptado a Universidade de Brasília pelo método direto

Após a elaboração dos balanços sucessivos realizou-se uma interpretação do Relatório de Gestão 2014. A partir dessa análise, os dados foram divididos e classificados junto com os responsáveis do DPO e da DCF/DAF/UnB, as contas que interferiam tanto como ingresso quanto desembolso no saldo do Caixa.

Com os itens monetários, houve a elaboração da DFC pelo método direto. As contas referentes ao Relatório de Gestão foram incluídas sendo divididas de acordo com as atividades, ou seja, atividade operacional, atividade de investimento, atividade de financiamento. Porém, segundo relato da instituição a universidade não conta com atividade de financiamento.

Quadro 6 – Atividades da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Atividades da Demonstração dos Fluxos de Caixa
Atividade Operacional: Ingresso – Desembolso = FC Líquido das Atividades das Operações
Atividade de Investimento: Ingresso – Desembolso = FC Líquido das Atividades de Investimento
Atividade de Financiamento: Ingresso – Desembolso = FC Líquido das Atividades de Financiamento

Fonte: Elaboração própria.

O saldo líquido do fluxo de caixa operacional se deve ao saldo dos ingressos menos o saldo dos desembolsos. Baseando no princípio da entidade sob a ótica do setor público, o ingresso na atividade operacional foi o mesmo encontrado no desembolso. Como a UnB não conta atividades de financiamento, o saldo do fluxo de caixa líquido foi nulo, sendo desconsiderado para a elaboração da DFC.

A apuração do Fluxo de Caixa do período foi a soma dos fluxos de caixa líquido das três atividades. Na UnB a soma dos fluxos de caixa líquido conta apenas com a atividade operacional e com a atividade de investimento.

Quadro 7 – Composição da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Composição da Demonstração dos Fluxos de Caixa
FC Líquido das Atividades das Operações
+ FC Líquido das Atividades de Investimento
+ FC Líquido das Atividades de Financiamento
(=) APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

Fonte: Elaboração própria.

O saldo referente a essa apuração deve coincidir com a variação do Disponível no Balanço Patrimonial realizado pela execução dos balanços sucessivos na primeira etapa da análise de dados – execução.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo deste tópico é mostrar a relevância que há em elaborar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) na Universidade de Brasília (UnB), utilizando como instrumento auxiliar a Demonstração de Origens e Aplicações e o modelo de DFC disponível no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) (BRASIL, 2014). A informação com a elaboração da DFC na UnB traz para os gestores públicos a transparência de recursos e desembolsos que afetam o saldo do caixa em determinado período, podendo atuar como ferramenta de planejamento.

4.1 Balanços sucessivos

Para a realização da Demonstração das Origens e Aplicações no ano de 2013, 2014, utilizou como base a figura adaptada por Assaf Neto e Silva (2012, p. 41).

Tabela 2 – Demonstração das Origens e Aplicações.

A) Origens de Recursos (Operações que elevam o fluxo de caixa) – Provenientes de:	\$
A	\$
B	\$
C	\$
D	\$
TOTAL	\$\$\$\$
B) Aplicações de Recursos de Caixa – Aplicados em:	\$
E	\$
F	\$
G	\$
TOTAL	\$\$\$\$
Variação das Disponibilidades (A-B)	\$

Fonte: Adaptado de Assaf Neto e Silva (2012, p. 41).

A tabela 3, descreve as demonstrações das origens e aplicações e as suas respectivas análises referentes aos anos de 2013 e 2014 .

Tabela 3 – Demonstração das Origens e Aplicações – 2013 (em reais).

Demonstração das Origens e Aplicações 2013			
Demonstração do USO – ATIVO		Demonstração da FONTE – ATIVO	
DISPONÍVEL		CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	-R\$ 83.505.132,51
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	R\$ 148.656.720,26		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	R\$ 1.171.863,83		
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	R\$ 580.617,56		
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	R\$ 188.113,81		
IMOBILIZADO	R\$ 1.082.822.189,68		
INTANGÍVEL	R\$ 971.292,63		
TOTAL DO USO – ATIVO	R\$ 1.234.390.797,77	TOTAL DA FONTE – ATIVO	-R\$ 83.505.132,51
Demonstração do USO – PASSIVO		Demonstração da FONTE - PASSIVO	
VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	-R\$ 23.022,66	DEPÓSITOS	R\$ 5.268.025,63
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	-R\$ 1.629,33	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	R\$ 2.304.486,39
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	-R\$ 119.482.164,65	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 103.978.046,90
		RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	R\$ 14.826.549,68
		VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	R\$ 62.132.159,78
		PATRIMONIO/CAPITAL	R\$ 1.108.061.110,93
TOTAL DO USO - PASSIVO	-R\$ 119.506.816,64	TOTAL DA FONTE - PASSIVO	R\$ 1.296.570.379,31
VARIAÇÃO DO USO	R\$ 1.353.897.614,41		
VARIAÇÃO DA FONTE	R\$ 1.380.075.511,82		
VARIAÇÃO (USO-FONTE)	R\$ 26.177.897,41		
SALDO DISPONÍVEL	R\$ 26.177.897,41		

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que 87,5% das variações das contas do Ativo referem-se ao uso com um saldo positivo. As variações no passivo representam 33,33% em relação à demonstração do uso e fonte no passivo. Depois de obter as variações do balanço patrimonial, verificou-se que a variação do Uso e da Fonte coincidiu com o saldo do disponível do ano em destaque, ou seja, 2013.

De acordo com as variações ocorridas em 2013, verifica-se os seguintes valores aproximados:

- O saldo referente ao USO no ativo foi de R\$ 1,23 bilhões e o USO do passivo foi de (-) R\$119 milhões, ou seja, a variação do USO foi de = R\$ 1,353 bilhões.
- O saldo referente à FONTE no ativo foi de -R\$ 83 milhões, já o saldo da FONTE no passivo foi de R\$1,29 bilhões equivalendo a R\$1,380 bilhões.
- Assim a variação total, ou variação da disponibilidade refere-se à variação do USO (-) a variação da FONTE, ou seja, - R\$ 1,353 bilhões – R\$1,380 é igual a aproximadamente 27 milhões.
- Verifica-se que a variação da disponibilidade confere com a variação (uso-fonte), com base no argumento de Assaf Neto e Silva (2012), sendo que as origens ou fontes de recursos são identificadas com variações positivas no passivo e no patrimônio líquido. Já no ativo são classificadas como reduções. Enquanto que em aplicações ou usos ocorrem variações positivas no ativo e reduções no passivo e patrimônio líquido.

Em 2014, os dados obtidos com a DOAR encontram-se no Tabela 4.

Tabela 4 – Demonstração das Origens e Aplicações – 2014 (em reais).

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES 2014			
Demonstração do USO – ATIVO		Demonstração da FONTE – ATIVO	
DISPONÍVEL		CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	-R\$ 25.807.676,19
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	R\$ 12.391.579,66	BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	-R\$ 25.556.406,59
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	R\$ 56.260.154,07		
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	R\$ 187.137,51		
IMOBILIZADO	R\$ 41.890.158,77		
INTANGÍVEL	R\$ 298.877,63		
TOTAL DO USO – ATIVO	R\$ 194.173.151,58	TOTAL DA FONTE – ATIVO	R\$ 51.364.082,78
Demonstração do USO – PASSIVO		Demonstração da FONTE - PASSIVO	
DEPÓSITOS	-R\$ 3.572.917,10	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	R\$ 7.071.774,27
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	-R\$ 71.140.960,80	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	R\$ 76.066.228,85
		PATRIMONIO/CAPITAL	R\$ 65.094.273,17
TOTAL DO USO - PASSIVO	-R\$ 74.713.877,90	TOTAL DA FONTE - PASSIVO	R\$ 231.377.520,23
VARIAÇÃO DO USO	-R\$ 268.887.029,48		
VARIAÇÃO DA FONTE	-R\$ 282.741.603,01		
VARIAÇÃO (USO-FONTE)	-R\$ 13.854.573,53		
SALDO DISPONÍVEL	R\$ 13.854.573,53		

Fonte: Elaboração própria.

É possível constatar que a variação do uso no ativo diminuiu 12,5% no ano de 2014 em relação a 2013. Isso se deve ao fato de que em 2014 obteve-se mais conta referente à fonte, ou seja, mais variação negativa. No passivo, a demonstração do uso apresentou 40% em relação ao saldo total de uso e fonte, deve-se ao fato de ter tido menos contas com variações tanto positivas quanto negativas no saldo credor.

- O saldo referente ao USO no ativo foi de R\$194 milhões e o USO do passivo foi de (-) R\$74 milhões, ou seja, a variação do USO foi de R\$ 268 milhões.
- O saldo referente a FONTE no ativo foi de (-) 51 milhões e a FONTE no passivo foi de R\$231 milhões, equivalendo a (-) 282 milhões.

- Assim a variação total, ou variação da disponibilidade refere-se a variação do USO (-) a variação da FONTE, ou seja, -R\$ 268milhões (-) -R\$ 282 milhões, equivalendo a R\$ 26milhões. Verifica-se dessa forma que o saldo encontrado tanto em 2013 quanto 2014 da variação das disponibilidades é o mesmo encontrado na Demonstração de Origens e Aplicações dos respectivos anos.

Tanto a variação do uso quanto o da fonte está com sinal negativo pelo fato do equilíbrio, nada interferindo em seu posicionamento. Após a realização das variações do balanço patrimonial, também foi possível verificar que o saldo do disponível coincidiu com a variação do uso e da fonte.

Cabe ressaltar que a demonstração das origens e aplicações utilizada para o estudo não possuem relação com a DOAR. A DOAR tem como foco analisar o as origens de recursos que ampliam a folga financeira (capital circulante líquido) de curto prazo e as aplicações de recursos que consomem essa folga. Já a demonstração das origens e aplicações segundo Lima (2013), é uma das fontes para elaboração da DFC, sendo conhecida por balanços sucessivos ou balanços comparativos. O foco da demonstração utilizada é observar se as variações correspondentes aos grupos de contas do balanço patrimonial, ativo, passivo e patrimônio líquido condizem com a variação da disponibilidade de um ano para o outro.

Com a elaboração da demonstração das origens e aplicações nos períodos analisados, é possível constatar que se trata de uma importante informação financeira, Ela utiliza apenas os dados constantes no balanço patrimonial. Verifica-se como as fontes e usos interferiram para o saldo do disponível.

4.1 Demonstração dos Fluxos de Caixa para a Universidade de Brasília

Após a execução da Demonstração das Origens e Aplicações, apresentando relação com a variação do saldo do disponível, o Relatório de Gestão de 2014 e os dados disponíveis pelo SIAFI foram utilizados como informação para a elaboração do método direto da DFC.

De acordo com o MCASP, a DFC deve ser elaborada preferencialmente pelo método direto. O estudo escolheu o método direto por diversos motivos, entre eles, o fato da UnB não elaborar a DRE a qual é utilizada para elaboração da DFC por meio do método indireto. O outro fato as informações que são geradas pelo método direto.

O modelo a ser apresentado a seguir, serve como base para um entendimento do quanto a DFC torna necessária, visto que nela consta dados que impactaram o caixa no ano de 2014, fazendo com que possíveis projeções possam ser feitas.

Tabela 5 – Modelo da Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2014 (em reais).

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DA OPERAÇÃO	R\$
INGRESSOS	R\$ 2.303.969.764,00
Conta Única da União	
DESEMBOLSOS	-R\$ 2.303.969.764,00
Despesas Executadas diretamente pela UJ - créditos originários	
Despesa com pessoal	R\$ 1.062.574.972,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 448.664.073,00
Despesas Executadas diretamente pela UJ - créditos de movimentação	
Outras Despesas Correntes	R\$ 40.913.005,00
Custos do pessoal	R\$ 743.447.424,00
Despesas com estagiários	R\$ 8.370.290,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	R\$
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	R\$
INGRESSOS	R\$ 34.932.184,31
Aluguéis	R\$ 24.202.878,57
Taxa de ocupação de outros imóveis	R\$ 10.728.713,24
Outras Receitas Patrimoniais	R\$ 592,50
DESEMBOLSOS	R\$ 21.077.610,78
Despesas Executadas diretamente pela UJ - créditos originários	R\$ 18.030.430,03
Equipamentos de processamento de dados	R\$ 5.427.529,37
Obras em andamento	R\$ 4.106.221,72
Mobiliário em geral	R\$ 2.221.995,32
Veículos de tração mecânica	R\$ 1.587.004,89
Equip. e mat. permanente - pagto antecipado	R\$ 1.475.411,24
Apar.equip.utens.med.,odont,labor.hospit.	R\$ 846.820,56
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	R\$ 571.264,66
Aparelhos e utensílios domésticos	R\$ 410.848,45
Maquinas e equipamentos agric. rodoviários	R\$ 271.829,98

Aquisição de software	R\$ 263.623,59
Maquinas e equipamentos energéticos	R\$ 259.110,92
Pecas não incorporáveis a imóveis	R\$ 212.771,97
Instalações	R\$ 99.477,58
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 80.363,97
Maquinas, utensílios e diversos	R\$ 70.457,98
Equipamento de proteção, segurança e socorro	R\$ 45.285,00
Maq., ferramentas e utensílios de oficina	R\$ 34.613,46
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$ 16.373,54
Estudos e projetos	R\$ 13.300,00
Maquinas, instalações e utens. de escritório	R\$ 7.161,72
Coleções e materiais bibliográficos	R\$ 3.481,61
Maquinas e equipam. de natureza industrial	R\$ 2.200,00
Equip. e utensílios hidráulicos e elétricos	R\$ 1.970,00
Veículos diversos	R\$ 838,50
Maquinas e equipamentos gráficos	R\$ 398,00
Coleções e materiais bibliográficos	R\$ 76,00
Despesas Executadas diretamente pela UJ - créditos de movimentação	R\$ 195.395,00
Auxílio financeiro a estudantes	R\$ 96.000,00
Auxílio financeiro a pesquisadores	R\$ 97.200,00
Demais elementos do grupo	R\$ 2.195,00
Contratos na área de tecnologia	R\$ 1.601.374,00
ATA de SRP nº 033/2014	R\$ 1.286.486,00
Contrato nº 069/2014	R\$ 314.888,00
Outros Dispêndios	1.250.411,75
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	R\$ 13.854.573,53
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	R\$ 13.854.573,53
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	R\$ 13.854.573,53
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	R\$ 111.399.370,09
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	R\$ 125.253.943,62

Fonte: Elaboração própria.

Com os dados mencionados e com as entrevistas realizadas constatou-se que a UnB não conta com Atividades de Financiamento, por isso não foi mencionada no modelo apresentado.

Conforme o quadro 4 é possível verificar que a maior parte da Atividade Operacional da instituição deve-se a despesas com pessoal, sendo demonstrados apenas os grupos de despesas com movimentação, grupo de despesas correntes. A conta que compõe a despesa de pessoal refere-se aos vencimentos e vantagens fixas, aposentadoria, sentenças judiciais e demais elementos do grupo. Já o custo do pessoal demonstra as naturezas de despesas de pessoal com alguns grupos de servidores e tipologias de cargos relativamente ao exercício de 2013 e 2014 podendo ser servidores de carreira com ou sem vínculos ao órgão jurisdicionado, sem vínculo com a administração, com caráter temporário e cedido com ônus.

Por se tratar de uma instituição pública de ensino, a UnB conta com serviços prestados por estagiários, essa contratação ocorre por meio de empresas, denota-se que os saldos referentes aos estagiários ocorrem pela UnB abranger o campus Darcy Ribeiro, o campus de Planaltina, Ceilândia e Gama.

Apesar dos dados apurados na Tabela 5, não é possível afirmar que o fluxo de caixa líquido da atividade operacional seja nulo. Baseou-se que o saldo dos ingressos corresponda respectivamente com o saldo dos desembolsos pelo princípio da entidade. Deste modo, o único ingresso considerado foi o recebimento para pagamento de despesas operacionais o qual advém da Conta Única do Tesouro Nacional. Por se tratar de um modelo que sirva como base para um entendimento sobre a DFC, ficou estipulada que o saldo do ingresso seria o mesmo do saldo do desembolso. Assim, o fluxo de caixa líquido da atividade operacional zera, à medida que $(\text{Ingresso} - \text{Desembolso} = \text{FCL OPERACIONAL})$.

O saldo referente aos ingressos da atividade de investimento utilizou os dados fornecidos pelo SIAFI, sendo composta pelas contas de alugueis, taxa de ocupação de outros imóveis e outras receitas patrimoniais. Não utilizou o Relatório de Gestão de 2014 como fonte de dados para o ingresso em função de apenas só constar os saldos referentes à reavaliação dos imóveis.

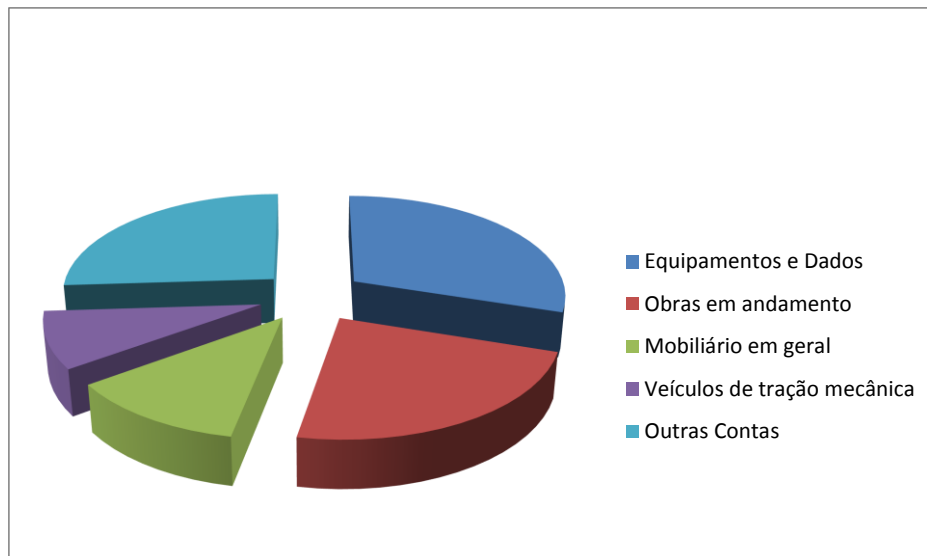
Já para os saldos dos desembolsos da atividade de investimento, utilizou os dados do SIAFI e do Relatório de Gestão. Sendo divididos da seguinte forma: as despesas executadas diretamente pela UnB – créditos originários que tratam sobre as despesas de capital utilizaram os dados do SIAFI. Já as despesas executadas diretamente pelas unidades jurisdicionais – créditos de movimentação sendo compostos por auxílio financeiros a estudantes e a pesquisadores e demais elementos do grupo foram extraídas do Relatório de Gestão 2014.

Foi celebrado entre a UnB e as instituições da área de tecnologia da informação respectiva contratos, aos quais dois em 2014 foram classificados como desembolso na

atividade de investimento, a ATA de SRP nº 033/2014 e o Contrato nº 069/2014, os dados também foram retirados do SIAFI.

Os saldos retirados do SIAFI em relação do desembolso totalizaram R\$18 milhões com diversas despesas relacionadas aos itens executados. Para tal feito, utilizou o saldo do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT), da Fundação da Universidade de Brasília (FUB), da Editora e do Centro de Seleções de Promoção de Eventos (CESPE). Consta que 30% do saldo dos desembolsos pelo SIAFI, referem-se a equipamentos e processamentos de dados; 23% a obras em andamento; 12% ao mobiliário em geral; 9% a veículos de tração mecânica. O saldo total dos desembolsos pelo SIAFI representam 86% em relação ao desembolso total. Conforme o gráfico a seguir:

Gráfico1: Desembolsos da Atividade de Investimento - SIAFI



Fonte: Elaboração própria

Com a elaboração da DFC, é possível constatar que o desempenho financeiro da instituição permite realizar comparações entre os ingressos e desembolsos das atividades operacionais e de investimento obtendo-se assim uma visão sobre as finanças adotadas, e avaliação da situação financeira do caixa em determinado período podendo estender reflexos com uma boa gestão em caso de imprevistos.

A partir de um bom planejamento, a DFC permite uma boa execução dos recursos disponíveis a ela, permitindo definir a questão orçamento - financeiro da despesa não em um determinado período. O MCASP (BRASIL, 2014, p. 43) disponibiliza algumas análises as quais podem ser feitas em relação à DFC, a saber:

- 1) Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial: $\text{FC Líquido das atividades operacionais} / \text{Resultado Patrimonial}$.
- 2) O quociente da capacidade de amortização da dívida: $\text{FC Líquido das atividades operacionais} / \text{Total do Passivo}$.
- 3) O quociente da atividade operacional: $\text{FC Líquido das atividades operacionais} / \text{Total da Geração Líquida do caixa}$.

Com a realização desses quocientes constata-se a dispersão entre o FC das atividades apurado em relação ao resultado patrimonial, a parcela dos recursos gerados para pagamento da dívida e a parcela da geração líquida do caixa aplicada às atividades operacionais de acordo com o que foi exposto pelo MCASP (BRASIL, 2014). Com a DFC elaborada pelo método direto na UnB, não é possível conferir quocientes da atividade operacional em função da origem única dos recursos advindos da Conta única do Tesouro Nacional.

O modelo apresentado da DFC utilizou o princípio da Entidade como fundamento para o fato dos ingressos corresponderem aos desembolsos. De acordo com Pederiva (2004), os princípios atuam como norteadores para a realização da contabilidade pública. Assim, de acordo com a Lei 4.320/1964, o orçamento deve ser uno, assim, para cada entidade do setor público deve-se realizar apenas um único orçamento.

Em relação aos investimentos, é possível observar que boa parte tanto do ingresso quanto do desembolso advém dos imóveis relacionados no Relatório e nos dados do SIAFI.

De acordo com o modelo apresentado, o Fluxo de Caixa Líquido da Atividade Operacional foi nulo. Entretanto, o modelo apresentado não contou com algumas informações por não estarem disponíveis. Ainda assim as informações geradas quando analisadas com as outras demonstrações permitem aos gestores e aos usuários conhecer sobre reflexos futuros no caixa, a capacidade da UnB em honrar com os seus compromissos e os efeitos sobre a posição financeira em relação aos investimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi executar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) na Universidade de Brasília (UnB), por se tratar de uma fundação pública e os seus recursos são providos da Conta Única do Tesouro Nacional, conforme a Instrução Normativa n. 04/2008, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Com isso, o ingresso da atividade operacional foi obtido a partir do saldo do desembolso, seguindo o princípio da entidade.

A pesquisa teve dois focos: a elaboração dos balanços sucessivos e um modelo apresentado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) adaptado a instituições de ensino público, um estudo de caso aplicado a universidades.

O trabalho apresentou avanços significativos em relação ao que é determinado pela legislação, permitindo verificar o saldo do disponível e fazer perspectivas futuras.

Algumas dificuldades foram encontradas ao decorrer do estudo – entre elas, o fato de a UnB não elaborar Notas Explicativas, mas sim, Relatório de Gestão de acordo com as disposições da IN TCU n. 63/2010, da DN TCU n. 134/2014, da DN TCU n. 139/2014, da Portaria TCU n. 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU N. 650/2014). Com isso explicações sobre a realização das demonstrações contidas no Relatório de Gestão não estão claras a pessoas que não trabalham diretamente no orçamento da UnB. Outra dificuldade foi à falta de algumas informações as quais seriam relevantes por não serem de acesso de domínio público.

Com a elaboração deste trabalho, observou a necessidade de estudos posteriores e uma investigação mais detalhada para saber ao certo quanto equivale a UnB em relação à Conta Única do Tesouro Nacional, enfatiza que o trabalho apresentado apresentou apenas um modelo básico da DFC.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Alan Henrique de; SILVA, Bruna Casagrande de; RODRIGUES, Caroline Lorca Rivera. A Contabilidade Internacional com ênfase no CPC 03 e a IAS 07. **UNIVEM ABERTO**. 2013.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRAGA, Roberto; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Fundamentos conceituais da Demonstração dos Fluxos de Caixa**: significado, vantagens e limitações. Caderno de Estudos. São Paulo: FIPECAFI, 1996.

BRASIL. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 6. ed. Aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios Válido a partir do exercício de 2015. Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014. Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/arquivos-mcasp/mcasp_6medicao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

CAMPOS FILHO, Adernar. **Demonstração dos Fluxos de Caixa**. São Paulo: Atlas, 1999.

CARVALHO, L. Nelson. LEMES, Sirlei. COSTA, Fábio Moraes da. **Contabilidade Internacional**: aplicação das IFRS. São Paulo: Atlas, 2005.

FRIEDRICH, João; BRONDANI, Gilberto. Fluxo de caixa sua importância e aplicação nas empresas. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. 2 jun-nov/2005.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade. 2003.

FREITAS, P. et al. Saúde para todos: mudando o paradigma de prestação dos cuidados de saúde em São Tomé e Príncipe: estudo de caso. **Lisboa: Instituto Marques de Valle Flor**, 2010.

_____; _____. Padrões Contábeis Internacionais do IASB: um estudo comparativo com as normas contábeis brasileiras e sua aplicação. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 5, n. 2, p. 61-89, 2009. Disponível em: <http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/208/pdf_56>. Acesso em: 20 out. 2015.

IASB. INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. Standards. The IASB Framework. Disponível em: Acesso em: 10 out. 2004.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS – IFAC. **International Public Sector Accounting Standards Board: Strategy and Operational Plan**. New York: IFAC, 2007.

IBRACON. INSTITUTO BRASILEIRO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. Princípios contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, Arievaldo Alves de. Demonstração de Fluxo de Caixa. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 5, n. 2, p. 23-27, 2013. Disponível em: <<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/1650/1593>>. Acesso em: 20 out. 2015.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LUSTOSA, P. R. B.; SANTOS, A. Como Classificar as Reservas de Capital na Demonstração dos Fluxos de Caixa. **XXVIII EnANPAD**. Curitiba-PR, 2004.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Análise financeira das empresas: liquidez, retorno e criação de valor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos Santos. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. FIPECAFI. 1. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2010.

PEDERIVA, João Henrique. **Entidade Contábil Governamental: comparação entre os referenciais e os padrões australianos, norte-americanos, espanhóis, brasileiros e internacionais. 2004. 210 f.** 2004. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis).—Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), João Pessoa.

_____.Relatório de Gestão do exercício de 2014. Universidade de Brasília. 2014. Disponível em: < http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorio_Gestao_2014.pdf >. Acesso em: 15 out. 2015.

SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio; SANTOS, Jocineiro Oliveira dos; OGAWA, Jorge Sadayoshi. Fluxo de caixa e doar. **Cad. Estud.** [online], São Paulo, n.9, p. 01-26, out. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cest/n9/n9a03.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

THIESEN, João Arno de Oliveira. A demonstração do fluxo de caixa nas organizações e sua importância como instrumento na tomada de decisão. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 100, p. 8-13, maio 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. **Estudo de caso: planejamento e método.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Bibliografia consultada:

ARAÚJO, Osório Cavalcante de. **Contabilidade para organização do Terceiro Setor.** São Paulo: Atlas, 2005.

CARLIN, Diego de Oliveira. Considerações sobre o Processo de Convergência na Contabilidade Pública Brasileira. **Revista Eletrônica do CRCRS**, n. 8, set., 2008.

DARÓS, Leandro Luís; PEREIRA, Adriano de Souza. Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. NBCASP: Mudanças e desafios para a contabilidade pública. In: **Congresso de Iniciação Científica**, 2009.

MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha; MENESES, Anelise Florencio de. PETER, Maria da Gloria Arrais. O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade: uma realidade nos setores privados e públicos brasileiros. **Revista Controle**, v. IX, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.tce.ce.gov.br/component/jdownloads/finish/199-revista-control-e-volume-ix-n-1-jan-jun-2011/917-artigo-4-o-processo-de-convergencia-das-normas-internacionais-de-contabilidade-uma-realidade-nos-setores-privado-e-publico-brasileiros?Itemid=592>>. Acesso em: 20 out. 2015.

MENDES, Nélida. **A importância da demonstração do fluxo de caixa e o paradigma da utilidade.** 2009. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/986>>. Acesso em: 20 out. 2015.

MONTEIRO, André Alves Silveira. Fluxos de caixa e capital de giro: uma adaptação do Modelo de Fleuriet. **Pensar Contábil**, p. 27-33, maio/jul. 2003. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2360/2044>>. Acesso em: 20 out. 2015.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Rev. SOCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA – 2014**

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DA OPERAÇÃO	R\$
INGRESSOS	R\$ 2.303.969.764,00
CONTA ÚNICA DA UNIÃO	
DESEMBOLSOS	-R\$ 2.303.969.764,00
DESPESA COM PESSOAL	
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 496.670.737,00
Aposentadoria	R\$ 203.521.944,00
Sentenças Judiciais	R\$ 156.671.386,00
Demais Elementos do Grupo	R\$ 205.710.905,00
TOTAL	R\$ 1.062.574.972,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Outros Serviços de Terceiros PF	R\$ 146.862.590,00
Locação de Mão de Obra	R\$ 101.603.738,00
Outros Serviços de Terceiros PJ	R\$ 54.606.032,00
Demais Elementos do Grupo	R\$ 145.591.713,00
TOTAL	R\$ 448.664.073,00
Despesas Executadas diretamente pela UJ - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Auxílio Financeiro a pesquisadores	R\$ 12.496.422,00
Outros serviços de terceiros - PJ	R\$ 6.409.361,00
Outros serviços de terceiros - PF	R\$ 12.236.119,00
Demais Elementos do Grupo	R\$ 9.771.103,00
TOTAL	R\$ 40.913.005,00
CUSTOS DO PESSOAL	
SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADOS AO ÓRGÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 251.876.715,00
Retribuições	R\$ 9.391.888,00
Gratificações	R\$ 57.691.639,00
Adicionais	R\$ 229.265.271,00
Indenizações	R\$ 28.509.393,00
Benefícios Assistenciais e Previdenciários	R\$ 14.469.034,00
Demais Despesas Variáveis	R\$ 448.325,00

Despesas dos Exercícios Anteriores	R\$ 526.156,00
Decisões Judiciais	R\$ 112.393.804,00
	R\$ 704.572.225,00
SERVIDORES DE CARREIRA SEM VINCULO AO ÓRGÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
Vencimentos e Vantagens Fixas	
Retribuições	R\$ 202.975,00
Gratificações	R\$ 22.229,00
Adicionais	R\$ 79.325,00
Indenizações	R\$ 3.202,00
Benefícios Assistenciais e Previdenciários	R\$ 7.060,00
Demais Despesas Variáveis	R\$ 1.410,00
Despesas dos Exercícios Anteriores	R\$ 2.019,00
Decisões Judiciais	R\$
	R\$ 318.220,00
SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (exceto temporários)	
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$
Retribuições	R\$ 941,00
Gratificações	R\$ 21.517,00
Adicionais	R\$ 20.396,00
Indenizações	R\$ 8.985,00
Benefícios Assistenciais e Previdenciários	R\$ 1.279,00
Demais Despesas Variáveis	R\$ 4.316,00
Despesas dos Exercícios Anteriores	R\$
Decisões Judiciais	R\$
	R\$ 57.434,00
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS	
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 10.689.490,00
Retribuições	
Gratificações	R\$ 2.024.885,00
Adicionais	R\$ 6.170.695,00
Indenizações	R\$ 759.430,00
Benefícios Assistenciais e Previdenciários	R\$ 770.281,00
Demais Despesas Variáveis	R\$ 15.490,00
Despesas dos Exercícios Anteriores	R\$ 16.147,00
Decisões Judiciais	R\$ 4.198.828,00
TOTAL	R\$ 24.645.246,00
SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO	
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 11.551.671,00
Retribuições	R\$

Gratificações	R\$ 925.579,00
Adicionais	R\$ 653.604,00
Indenizações	R\$ 49.187,00
Benefícios Assistenciais e Previdenciários	R\$
Demais Despesas Variáveis	R\$ 595.508,00
Despesas dos Exercícios Anteriores	R\$ 78.750,00
Decisões Judiciais	R\$ 13.854.299,00
TOTAL	R\$ 743.447.424,00

Despesas com Estagiários	
Nível Superior	R\$ 7.514.655,00
Nível Médio	R\$ 855.635,00
TOTAL	R\$ 8.370.290,00

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES R\$

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	R\$
INGRESSOS	R\$ 34.932.184,31
Aluguéis	R\$ 24.202.878,57
Taxa de ocupação de outros imóveis	R\$ 10.728.713,24
Outras Receitas Patrimoniais	R\$ 592,50
DESEMBOLSOS	R\$ 21.077.610,78
Despesas Executadas diretamente pela UJ - créditos originários	R\$ 18.030.430,03
Equipamentos de processamento de dados	R\$ 5.427.529,37
Obras em andamento	R\$ 4.106.221,72
Mobiliário em geral	R\$ 2.221.995,32
Veículos de tração mecânica	R\$ 1.587.004,89
Equip. e mat. permanente - pagto antecipado	R\$ 1.475.411,24
Apar.equip.utens.med.,odont,labor.hospit.	R\$ 846.820,56
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	R\$ 571.264,66
Aparelhos e utensílios domésticos	R\$ 410.848,45
Maquinas e equipamentos agric. rodoviários	R\$ 271.829,98
Aquisição de software	R\$ 263.623,59
Maquinas e equipamentos energéticos	R\$ 259.110,92
Pecas não incorporáveis a imóveis	R\$ 212.771,97
Instalações	R\$ 99.477,58
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 80.363,97
Maquinas, utensílios e diversos	R\$ 70.457,98
Equipamento de proteção, segurança e socorro	R\$ 45.285,00
Maq., ferramentas e utensílios de oficina	R\$ 34.613,46

Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$ 16.373,54
Estudos e projetos	R\$ 13.300,00
Maquinas, instalações e utens. de escritório	R\$ 7.161,72
Coleções e materiais bibliográficos	R\$ 3.481,61
Maquinas e equipam. de natureza industrial	R\$ 2.200,00
Equip. e utensílios hidráulicos e elétricos	R\$ 1.970,00
Veículos diversos	R\$ 838,50
Maquinas e equipamentos gráficos	R\$ 398,00
Coleções e materiais bibliográficos	R\$ 76,00
Despesas Executadas diretamente pela UJ - créditos de movimentação	R\$ 195.395,00
Auxílio financeiro a estudantes	R\$ 96.000,00
Auxílio financeiro a pesquisadores	R\$ 97.200,00
Demais elementos do grupo	R\$ 2.195,00
Contratos na área de tecnologia	R\$ 1.601.374,00
ATA de SRP nº 033/2014	R\$ 1.286.486,00
Contrato nº 069/2014	R\$ 314.888,00
Outros Dispêndios	R\$ 1.250.411,75
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	R\$ 13.854.573,53
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	R\$ 13.854.573,53
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	R\$ 13.854.573,53
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	R\$ 111.399.370,09
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	R\$ 125.253.943,62

APÊNDICE B – VARIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2014-2013

TÍTULOS	INGRESSOS				TÍTULOS	DISPÊNDIOS			
	2014	2013	VARIAÇÃO (2014-2013)			2014	2013	VARIAÇÃO (2014-2013)	
ATIVO FINANCEIRO	479988057	479549580	438477	USO	PASSIVO FINANCEIRO	375819000,7	443461104,4	-67642103,63	USO
DISPONIVEL	125253943,6	111399370,1	13.854.573,53	USO	DEPOSITOS	4956263,6	8529180,7	-3572917,1	USO
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	125253943,6	111398852,8	13855090,86	USO	CONSIGNACOES	1801682,6	6787089,66	-4985407,06	USO
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	0	517,33	-517,33	FONTE	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	717647,82	789479,56	-71831,74	USO
CREDITOS EM CIRCULACAO	340388522,1	366196198,3	-25807676,19	FONTE	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2436933,18	952611,48	1484321,7	FONTE
CREDITOS A RECEBER	169468884,8	150969374,9	18499509,85	USO	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	257632857,5	328773818,3	-71140960,8	USO
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	52681215,56	47043504,14	5637711,42	USO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	16779580,01	11844206,48	4935373,53	FONTE
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	118238421,8	168183319,3	-49944897,46	FONTE	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	11357079,56	6998265,33	4358814,23	FONTE
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	14345591,23	1954011,57	12391579,66	USO	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	3579190,18	4235085,46	-655895,28	USO
VALORES DIFERIDOS	14345591,23	1954011,57	12391579,66	USO	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1138686,43	436734,73	701951,7	FONTE
ATIVO NAO FINANCEIRO	6294798504	6221718582	73079921,39	USO	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	687778,01	0	687778,01	FONTE
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-57761354,65	-88465102,13	30703747,48	USO	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	16845,83	174120,96	-157275,13	USO
CREDITOS EM CIRCULACAO	-88974592,92	-145234747	56260154,07	USO	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	214340271	281943593,2	-67603322,22	USO
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-118238421,8	-168183319,3	49944897,46	USO	A LIQUIDAR	214340271	281943559,3	-67603288,26	USO
DIVERSOS RESPONSAVEIS	19750643,65	15808907,45	3941736,2	USO	EM LIQUIDACAO	0	33,96	-33,96	USO
					VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	8981,99	17903,51	-8921,52	USO

ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	2374704,22	0	2374704,22	USO				
RECURSOS VINCULADOS	7072289,5	7072289,5	0		RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	4350	5500	-1150 USO
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	66191,54	67375,35	-1183,81	FONTE				
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	31213238,27	56769644,86	-25556406,59	FONTE	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	26491753,25	34954693,84	-8462940,59 USO
ESTOQUES	31213238,27	56769644,86	-25556406,59	FONTE	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	7921,28	7921,28	0
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	3464130,73	3276993,22	187137,51	USO	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	113229879,6	106158105,4	7071774,27 FONTE
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	2996821,26	2809683,75	187137,51	USO	VALORES DIFERIDOS	113229879,6	81549835,66	31680043,96 FONTE
RECURSOS VINCULADOS	2996821,26	2809683,75	187137,51	USO	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	0	24608269,69	-24608269,69 USO
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	467309,47	467309,47	0		PASSIVO NAO FINANCEIRO	-240826909,6	-316893138,5	76066228,85 FONTE
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	81257,12	81257,12	0		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-240826909,6	-316893138,5	76066228,85 FONTE
CREDITOS A RECEBER	386052,35	386052,35	0		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0	0	0
PERMANENTE	6349095727	6306906691	42189036,4	USO	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-26491753,25	-34954693,84	8462940,59 FONTE
IMOBILIZADO	6347105309	6305215151	41890158,77	USO	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-26491753,25	-34954693,84	8462940,59 FONTE
BENS MOVEIS E IMOVEIS	6441624814	6380139125	61485689,43	USO	OUTROS DEBITOS A PAGAR	5114,6	5114,6	0
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-94519504,7	-74923974,04	-19595530,66	FONTE	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-214340271	-281943559,3	67603288,26 FONTE
INTANGIVEL	1990418,13	1691540,5	298877,63	USO				

ATIVO REAL (ativo financeiro + ativo não financeiro)	6774786561	6701268162	73518398,39	USO	PASSIVO REAL	134992091,1	126567965,9	8424125,22	
Uso	12391579,66								
			0		PATRIMONIO LIQUIDO	6639794469	6574700196	65094273,17	FONTE
					PATRIMONIO/CAPITAL	6610433139	6545338866	65094273,17	FONTE
					PATRIMONIO	6610433139	6545338866	65094273,17	FONTE
					RESERVAS	29361330,07	29361330,07	0	
					AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0	0	0	
					SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	6774786561	6701268162	73518398,39	FONTE
					SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-6774786561	-6701268162	-73518398,39	USO
ATIVO	7992078901	7835415259	156663642,3		PASSIVO	7992078901	7835415259	156663642,3	

APÊNDICE C – VARIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2013-2012

TÍTULOS	ATIVO				TÍTULOS	PASSIVO			
	2013	2012	VARIAÇÃO (2013-2012)			2013	2012	VARIAÇÃO (2013-2012)	
ATIVO FINANCEIRO	479.549.579,99	303.543.098,49	176.006.481,50	USO	PASSIVO FINANCEIRO	443.461.104,37	254.976.487,98	188.484.616,39	FONTE
DISPONIVEL	111.399.370,09	85.221.472,68	26.177.897,41	USO	DEPOSITOS	8.529.180,70	3.261.155,07	5.268.025,63	FONTE
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	111.398.852,76	85.220.955,35	26.177.897,41	USO	CONSIGNACOES	6.787.089,66	704.089,06	6.083.000,60	FONTE
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	517,33	517,33	-		RECURSOS DO TESOUREO NACIONAL	789.479,56	1.580.696,53	791.216,97	USO
CREDITOS EM CIRCULACAO	366.196.198,33	217.539.478,07	148.656.720,26	USO	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	952.611,48	976.369,48	23.758,00	USO
CREDITOS A RECEBER	150.969.374,90	81.365.928,65	69.603.446,25	USO	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	328.773.818,32	207.689.387,34	121.084.430,98	FONTE
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	47.043.504,14	52.415.162,31	-	FONTE	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	11.844.206,48	9.539.720,09	2.304.486,39	FONTE
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	168.183.319,29	83.758.387,11	84.424.932,18	USO	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	6.998.265,33	4.942.390,90	2.055.874,43	FONTE
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.954.011,57	782.147,74	1.171.863,83	USO	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	4.235.085,46	4.451.537,29	216.451,83	USO
VALORES DIFERIDOS	1.954.011,57	782.147,74	1.171.863,83	USO	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	0,00	5.175,53	5.175,53	USO
ATIVO NAO FINANCEIRO	6.221.718.582,16	5.220.661.500,99	1.001.057.081,17	USO	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	436.734,73	0,00	436.734,73	FONTE
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-88.465.102,13	-5.540.587,18	-82.924.514,95	FONTE	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	174.120,96	140.616,37	33.504,59	FONTE
					RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	281.943.593,21	177.965.546,31	103.978.046,90	FONTE

			1.083.793.482,31		PAGAR			14.826.549,68	
IMOBILIZADO	6.305.215.150,57	5.222.392.960,89							
			1.082.822.189,68	USO	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-34.954.693,84	-20.128.144,16	-	14.826.549,68 USO
BENS MOVEIS E IMOVEIS	6.380.139.124,61	5.274.923.552,79							
			1.105.215.571,82	USO					
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-74.923.974,04	-52.530.591,90			OUTROS DEBITOS A PAGAR	5.114,60	5.114,60	-	
			22.393.382,14	FONTE	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-281.943.559,25	-177.287.944,28	-	104.655.614,97
INTANGIVEL	1.691.540,50	720.247,87							
			971.292,63	USO					USO
ATIVO REAL (AT FINANC +AT NÃO FINANC)	6.701.268.162,15	5.524.204.599,48			PASSIVO REAL (PAS FINANC + PAS NÃO FINANC)	126.567.965,88	57.565.514,14		69.002.451,74 FONTE
			1.177.063.562,67	USO					
			-						
			-						
			-		PATRIMONIO LIQUIDO	6.574.700.196,27	5.466.639.085,34		1.108.061.110,93 FONTE
			-						
			-		PATRIMONIO/CAPITAL	6.545.338.866,20	5.437.277.755,27		1.108.061.110,93 FONTE
ATIVO COMPENSADO	1.134.147.096,53	855.268.983,89			PATRIMONIO	6.545.338.866,20	5.437.277.755,27		1.108.061.110,93 FONTE
			278.878.112,64	USO					
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	1.134.147.096,53	855.268.983,89			RESERVAS	29.361.330,07	29.361.330,07		-
			278.878.112,64	USO	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00		-
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	3.036.481,07	2.961.537,68			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	6.701.268.162,15	5.524.204.599,48		1.177.063.562,67 FONTE
			74.943,39	USO	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-6.701.268.162,15	-5.524.204.599,48		-
GARANTIAS DE VALORES	4.064.077,80	5.997.457,44							1.177.063.562,67
			1.933.379,64	FONTE					
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	437.249.586,57	228.458.937,64							
			208.790.648,93	USO					
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	686.717.307,48	617.810.050,54							
			68.907.256,94	USO					

OUTRAS COMPENSAÇOES	3.079.643,61	41.000,59	3.038.643,02	USO					
					PASSIVO COMPENSADO	1.134.147.096,53	855.268.983,89	278.878.112,64	FONTE
					COMPENSAÇOES PASSIVAS DIVERSAS	1.134.147.096,53	855.268.983,89	278.878.112,64	FONTE
					VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	3.036.481,07	2.961.537,68	74.943,39	FONTE
					VALORES EM GARANTIA	4.064.077,80	5.997.457,44	-	USO
								1.933.379,64	
					DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	437.249.586,57	228.458.937,64	208.790.648,93	FONTE
					DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	686.717.307,48	617.810.050,54	68.907.256,94	FONTE
					COMPENSAÇOES DIVERSAS	3.079.643,61	41.000,59	3.038.643,02	FONTE
ATIVO	7.835.415.258,68	6.379.473.583,37	1.455.941.675,31	USO	PASSIVO	7.835.415.258,68	6.379.473.583,37	1.455.941.675,31	